

# Origens da formação agrária sul rio-grandense no contexto brasileiro

Artigo apresentado no 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 26 a 30 de julho de 2009, Porto Alegre – RS.

*Tanice Andreatta<sup>1</sup>*

*Leonardo Beroldt<sup>2</sup>*

*Elvis Albert Robe Wandscheer<sup>3</sup>*

*Lovois de Andrade Miguel<sup>4</sup>*

## Resumo

Partindo-se do pressuposto que a dinâmica do desenvolvimento rural de uma região é historicamente orientada, impõe-se a necessidade de um aprofundado conhecimento acerca dos processos que contribuíram para a sua formação agrária. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo incitar a uma reflexão sobre a questão agrária e como ela tem condicionado a dinâmica do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. Para tanto, o artigo parte de uma abordagem de cunho qualitativo acerca do tema, efetuando uma revisão da literatura referente à temática da questão agrária no Rio Grande do Sul. Primeiramente, de forma muito breve, busca-se identificar as origens da estrutura agrária brasileira, caracterizando alguns aspectos que orientaram o seu desenvolvimento na história longa. Em um segundo momento, busca-se mostrar os fatos ocorridos entre os séculos XIX e XX que teriam sido determinantes para desenhar a multiplicidade do espaço rural no Rio Grande do Sul. A seguir, realiza-se uma análise das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil e no Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XX e suas consequências no espaço rural. Por fim, foca-se o processo de modernização da agricultura no Brasil e seus impactos no espaço agrário sul rio-grandense, a partir da segunda metade do século XX. Através deste trabalho, pode-se observar que as relações estabelecidas entre a sociedade sul rio-grandense e o seu entorno natural se mostraram complexas, interagindo de forma dinâmica ao longo da história. Repousam nestes aspectos, elementos essenciais para a realização de projetos de desenvolvimento rural consistentes no médio e longo prazos, na medida em que permitem a compreensão da configuração atual, bem como apontam para possibilidades e cenários futuros.

**Palavras-chaves:** Desenvolvimento Rural; Evolução Agrária; Modernização da Agricultura; Rio Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> Economista, doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Tani.andreatta@hotmail.com

<sup>2</sup> Eng. Agrônomo, doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

<sup>3</sup> Geógrafo, mestrando em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

<sup>4</sup> Eng. Agrônomo, doutor em Desenvolvimento Rural (INA-PG), Professor Associado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/ UFRGS). Lovois@ufrgs.br

## **Origins of the sul rio-grandense agrarian formation in the brazilian context**

### **Abstract**

The dynamics of the rural development of a region is historically oriented, so that it is important to know the processes that contributed to the agrarian formation. In this sense, the present work aims to provoke a reflection about the rural question and how it has subjected the dynamics of the rural development in Rio Grande do Sul. So, the article starts from a qualitative analysis from the theme, making a literature review about the agrarian question in Rio Grande do Sul which is presented in five sections. The first is a brief section which aims to identify the origins of the brazilian agrarian structure, characterizing some aspects that guided its development along a long history. The second part shows the facts occurred along the XIX and XX centuries that have been determinants in shaping the multiplicity or the rural space in Rio Grande do Sul. The third and fourth sections analyses the rural, economic and social transformations occurred in Brazil and Rio Grande do Sul during the first half of the XX century, and their consequences at the rural space. The fifth and last part focuses the modernizations of the Brazilian agriculture and their impact in the rio-grandense agrarian space, from the last half of XX century on. Through this work we can observe that the established relationships between the sul rio-grandense society and its natural landscape are highly complex, and that they interact in a dynamic way along the history. Resting in these aspects are elements which are essential to the accomplishment of medium and long-term consistent projects concerning rural development, in a way that they allow the comprehension of the present configuration, besides pointing future possibilities in a given agrarian context.

**Key-words:** Rural Development; Agrarian Evolution; Agriculture modernization, Rio Grande do Sul.

## Origens da formação agrária sul riograndense no contexto brasileiro

Diversos são os fatores que determinam a dinâmica do desenvolvimento de uma região. Neste texto, pretendemos apresentar uma introdução da questão agrária e como ela tem condicionado a dinâmica do desenvolvimento rural. Para tanto, o presente artigo está dividido em cinco sessões. A primeira procura, de forma muito breve, identificar as origens da estrutura agrária brasileira, apontando alguns elementos que orientaram o seu desenvolvimento na história longa. A segunda parte mostra os fatos ocorridos entre os séculos XIX e XX que teriam sido determinantes para desenhar a multiplicidade do espaço rural no Rio Grande do Sul. A terceira e a quarta partes analisam as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil e no Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XX e suas consequências no espaço rural. A quinta e última parte está focada no processo de modernização da agricultura no Brasil e seus impactos no espaço agrário sul riograndense, a partir da segunda metade do século XX.

### 1. Origens da formação agrária brasileira (1500-1850)

A questão fundiária no Brasil, a partir da chegada dos portugueses, pode ser abordada em dois momentos. O primeiro compreende o repasse do direito de uso da terra por parte da Coroa Portuguesa através de *sesmarias*<sup>5</sup>, de acordo com enlaces de confiança, conveniência e/ou interesse, tendo como objetivo a ocupação do espaço e a manutenção e controle do território político. Esse período se estende basicamente desde 1500, com a chegada dos colonizadores portugueses, a 1822, com a independência do Brasil de Portugal, e início da fase do Brasil império.

Naquela época, o uso das propriedades centrava-se basicamente na produção de produtos tropicais voltados à exportação, constituindo-se as *plantations*<sup>6</sup>. Considerável parte das terras distribuídas durante o período colonial não foram cultivadas, produzindo as chamadas terras devolutas ou inexploradas.

Um segundo momento, de 1822 a 1850, contempla a posse livre dessas terras, pois não havia leis que regulamentassem o seu direito de uso. Mesmo assim, esta modalidade de acesso pela posse não foi suficiente para impulsionar o surgimento de pequenos e médios produtores rurais. A Lei de Terras, instituída em 1850 pelo governo imperial, estabeleceu a compra como única forma de aquisição da terra, tornando o acesso por meio da posse, um ato ilegal. Com isso, o acesso às terras públicas só poderiam ocorrer mediante a compra, ou seja, os imigrantes, os negros recém libertados e os mestiços, limitados pelas condições financeiras, na sua grande maioria acabaram sendo excluídos desse processo. Essa Lei, em larga medida, explica a concentração fundiária, a constituição do latifúndio improdutivo e uma grande quantidade de pequenos agricultores com dificuldades de acesso à terra.

---

5 Uma sesmaria era a medida padrão para a concessão de terras e desta forma povoar o vazio demográfico e garantir a ocupação da fronteira. Segundo Laytano (1983:15), uma sesmaria equivale a aproximadamente 13.068 ha, ou 150 quadras de campo. Medida esta, a quadra de sesmaria, ainda em uso na Campanha gaúcha, ou seja, igual a 87 ha.

<sup>6</sup> Sistema agrícola baseado na monocultura de exportação que tem como marca o latifúndio e a mão-de-obra escrava.

Foi durante o final do século XVIII e o início do século XIX que se iniciou uma política de imigração no Brasil com o intuito de: i) ampliar a oferta de mão-de-obra aos fazendeiros produtores de café; ii) criar uma classe média; e iii) ocupar porções de terra que ainda encontravam-se devolutas localizadas, sobretudo no sul do país e que até então se encontravam nas mãos de caboclos e de indígenas nativos destas áreas.

Esses imigrantes eram atraídos por promessas de terra e futuro promissor no “novo mundo”, fugindo de problemas como perseguições políticas e desemprego na Europa do século XIX. A imigração dessa mão-de-obra assumiu papel integrante do processo nacional de transição do trabalho escravo ao trabalho livre.

Após 1850, com a Lei de Terras, eliminaram-se as possibilidades de aquisição de terras através da simples ocupação, tal qual ocorrera na primeira metade do século. Teve início, então, o regime de aquisição.

Através da Lei de Terras, todas as áreas até então não ocupadas passaram a ser propriedade do Estado, cabendo ao mesmo a exclusividade pela sua comercialização. No entanto, somente os grandes proprietários de terras tinham condições de adquirir tais propriedades, pois raros eram os libertos que, após anos de trabalho escravo, tinham condições de adquirir a terra pela compra. A salvo estes casos, seguiu-se a vinda de imigrantes ao país com a política de doação de títulos até meados do século XIX.

## **2. A questão agrária do século XIX ao XX no Rio Grande do Sul: a metamorfose das regiões Norte e Sul do estado**

Até o final do século XIX, a dinâmica agrária sul riograndense estava estreitamente relacionada às áreas de campo, mais ao sul do estado do Rio Grande do Sul. A exclusividade na atividade pecuária foi uma característica na formação econômica do Rio Grande do Sul desde a sua origem, em meados do século XVIII. No entanto, uma metamorfose no contexto ambiental, social e econômico no Rio Grande do Sul teve início a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada de imigrantes, predominantemente alemães e italianos, para ocupar de forma mais sistemática, a parte norte do Estado.

A ocupação do território que compreende o estado do Rio Grande do Sul, em larga medida, foi um processo diferenciado do restante do país. As relações econômicas que vão se estabelecer ao sul, em maior ou menor grau, possuía características diferenciadas. No Nordeste do Brasil (economia açucareira) ou em São Paulo (economia cafeeira), em função das características dessas atividades produtivas, o Governo Central exigia algum grau de capitalização para a concessão de terras. No entanto, na Região Sul, esse era um critério pouco considerado, uma vez que o principal critério que prevalecia para a distribuição de terras eram os serviços prestados à Coroa. Entre os principais serviços destaca-se a participação nas constantes disputas entre as coroas portuguesa e espanhola pelas vastas áreas de campo localizadas no sul do continente. Aqueles militares e civis que se destacavam como elementos importantes nessas batalhas eram gratificados com a doação de terras. (PESAVENTO, 1994).

Esse procedimento possibilitou a manutenção de vastas áreas de campo sob o domínio português. Essa forma de distribuição de terras resultou na formação das sesmarias. De acordo com Laytano (1983), “com o surgimento da estância, surgiu a propriedade privada no RS, amparada e regulamentada pela doação oficial e

governamental”. Como as sesmarias tinham, neste período, funções geopolíticas e militares, muito mais que produtivas, não havia uma classe determinada para receber terras. Assim, as concessões eram destinadas a militares, tropeiros e, eventualmente a alguns agricultores.

Além das condições naturais, outro elemento importante, também diferenciador entre a Região Sul e as demais regiões do país, refere-se às relações de trabalho. Enquanto nas regiões cafeeiras e açucareiras ocorriam elevados gastos com a aquisição de mão-de-obra escrava, no Rio Grande do Sul as atividades na estância eram realizadas pelos peões, com custos relativamente baixos para os pecuaristas (PESAVENTO, 1994). Dado o baixo grau de acumulação da atividade pecuária, tornava-se inviável o uso sistemático de mão-de-obra escrava nesta atividade.

O cercamento dos campos, por volta de 1875, modificou significativamente a organização do trabalho na estância. Queiroz (1977) constatou que a figura dos agregados praticamente desapareceu a partir da expansão da pecuária extensiva. Esse processo se deu em decorrência do cercamento dos campos e ao aumento da invernada do gado, que passou a demandar mais dedicação ao trabalho. O cercamento das terras significou o fim do que Queiroz (1977) denominou de estância patriarcal.

No modelo da estância patriarcal, cabia aos agregados e suas famílias a produção de alimentos para a autonomia e subsistência da estância. Com o fim desse modelo de organização, várias famílias de agregados tomaram o rumo das cidades, pois dentro da estância, apenas o capataz podia ter mulher e filhos. Os peões não mais poderiam ter a família junto ao trabalho. Durante o período da estância patriarcal, o estancieiro, seu capataz, seus agregados, seus peões formavam um grupo muito unido; a distância social era amenizada pelo parentesco, toda esta gente pertencendo muitas vezes a um mesmo tronco familiar, e tendo ainda estilos de vida semelhantes; a sobriedade caracterizava estas estâncias (QUEIROZ, 1977:72). Para a autora, a transformação mais importante no interior da estância foi o aumento da distância social entre o estancieiro e a sua mão-de-obra.

No segmento industrial, em 1779, foi instalada aquela que seria uma das primeiras indústrias de charque às margens do Rio Pelotas. Esta atividade desenvolveu bastante a navegação fluvial, gerou muitos empregos e estimulou o comércio regional, atraindo, pelo sucesso obtido, outras indústrias charqueadoras. No Brasil, o charque cumpria uma função estratégica, ou seja, destinava-se à alimentação da mão-de-obra escrava que trabalhava nas grandes plantações do centro-norte do país. Neste sentido, nada poderia comprometer a rentabilidade das *plantations* tropicais. Ademais, o governo central, para atender os interesses desses grupos, facilitava a entrada do charque platino toda vez que houvesse uma elevação do produto nacional, ou não raro, quando da impossibilidade de abastecimento apenas com a produção local (FONTOURA, 2000).

Segundo Pesavento (1986) um importante entrave no desenvolvimento de tecnologias nas charqueadas gaúchas decorria do tratamento diferenciado que os governos dos países platinos atribuíam à atividade pecuária. No Brasil, enquanto a Região Sul ocupava uma posição periférica, comparada com outras regiões do país, o mesmo não ocorria nos países Platinos. Estes, sob o domínio da Inglaterra, modernizaram os processos de produção e ao mesmo tempo articularam o segmento de escoamento da produção, através da construção de estradas-de-ferro e a modernização dos portos. Também havia uma estratégia de introduzir tecnologias que permitissem aumentar o rendimento do trabalho. Além disso, a pecuária nos países do Prata era o

principal produto de exportação, constituindo-se numa atividade-chave para o desenvolvimento daqueles países, e recebendo, portanto, o apoio dos respectivos governos centrais.

Assim, no final do século XIX, o preço pago ao gado diminuiu consideravelmente, fato considerado por muitos como desencadeador do processo de decadência econômica da Metade Sul. A baixa do preço pago ao gado sul-riograndense foi ocasionada por dois fatores: a concorrência do charque produzido nos países platinos e a redução do consumo de charque (ROCHA, 2000).

De um modo geral, uma série de fatores históricos, culturais e geográficos fez com que a pecuária extensiva de baixo grau de otimização produtiva predominasse no sul, acentuando a distinção entre as duas regiões do estado. Em síntese, a menor aptidão dos solos para as atividades de cultivo, as condições favoráveis à incorporação de novas porções de terras aos latifúndios que possibilitavam a manutenção dos padrões de vida dos estancieiros, aliados à racionalidade produtiva derivada da distribuição de terras como uma forma de garantir essas áreas sob o domínio português, calcado em grandes áreas pecuárias, levaram a parte sul aos contornos em grande parte predominantes até a atualidade.

No entanto, Carvalho *et al.* (1998) argumentam que, ao final do século XIX, o Rio Grande do Sul convivia com uma situação de crise baseada na grande propriedade rural, ligada à criação e às charqueadas, concentradas nas regiões da Campanha e Serra do Sudoeste. De acordo com os referidos autores, a crise, sobretudo, foi agravada por uma fragilidade relativa das classes dominantes regionais em fazer prevalecer seus interesses frente às classes dominantes em outras regiões do Brasil. Também começava a manifestar um crescente dinamismo da sociedade colonial no Rio Grande do Sul, localizada ao norte e noroeste, ancorada na pequena propriedade rural, na policultura e no capital comercial.

Conforme o exposto anteriormente, a segunda metade do século XIX, modifica substancialmente a forma de acesso à terra em decorrência da Lei de Terras de 1850. Essa nova regulamentação, ao mesmo tempo em que extinguiu as sesmarias, também limitou o acesso de classes menos capitalizadas, como os imigrantes, negros libertos e mestiços. Mesmo assim, ampliam-se as frentes de imigrações, e com elas, alteram-se as disposições fundiárias fomentadas pelo governo da época.

Foi neste período que o estado do Rio Grande do Sul ampliou consideravelmente a ocupação da sua porção norte e nordeste, em grande parte composta por terrenos mais acidentados e por áreas cobertas por mato. As mesmas abrigaram muitos colonizadores que trouxeram consigo perspectivas diferentes no tocante à ocupação do espaço agrário. Se anteriormente a perspectiva ocupacional do solo sul riograndense estava fundamentada na pecuária, com a inserção destes imigrantes<sup>7</sup>, o policultivo passa a fazer parte da realidade agrária do estado.

---

<sup>7</sup> Estes imigrantes eram compostos principalmente por alemães e italianos. Conforme Machado (1999:14–15): “A imigração e colonização estrangeira ao Rio Grande do Sul, e a formação de um sistema de pequena propriedade com trabalho familiar, foi um processo complexo que deve ser estudado, também, abstraindo-se as diferenças étnicas, nacionais e religiosas dos colonos, e procurando uma continuidade entre a colonização (principalmente alemã), iniciada sob a direção do Governo Provincial a partir da década de 1840, e aquela dirigida, a partir de meados dos anos 1870, pelo Governo Geral (principalmente italiana)”.

A partir de então, teve início a chamada dicotomia existente entre as duas regiões bastante distintas: a metade norte e a metade sul (ambas não necessariamente contínuas). De um lado, as estâncias pecuaristas que utilizavam grandes extensões de terras (ao sul), que vivenciavam neste período da chegada dos imigrantes a crise do charque<sup>8</sup>, ao passo que havia de outro (no norte), a ascensão de uma economia colonial pautada na diversificação produtiva e na produção familiar que enfatizou o mercado local e ocupou espaços até então não explorados, sobretudo pelas características físicas (terras abruptas e temperaturas mais baixas) de grande parte dos mesmos.

Cabe salientar que a colonização da porção norte contou com grande apoio do governo do estado, sobretudo em relação à oferta de infra-estrutura aos imigrantes criando canais de acesso através da abertura de estradas, fator essencial à distribuição dos produtos da região (ROCHA, 2000).

Em contraposição a esta realidade, forjou-se ao norte um processo diferenciado de ocupação do espaço. Este processo contou com uma dinâmica maior, fruto da pluriatividade praticada nestes espaços que impulsionaram a economia local e buscaram estratégias de melhorias constantes, sendo menos suscetíveis às crises (como ocorrera com a monocultura pecuária no sul). Mesmo contando com menores porções de terra, obtinham maiores resultados em termos de crescimento econômico. Para tanto, deve-se ressaltar que estes colonos possuíam determinados conhecimentos técnicos que já haviam sido difundidos na Europa (que vivenciou a revolução industrial no século XVIII), conhecimentos estes fundamentais às transformações capitalistas e à industrialização então nascente no norte do Rio Grande do Sul.

Assim, a colonização da parte norte do Rio Grande do Sul, implicou na ocupação de vastas áreas de terras, que de um modo geral não interessava aos estancieiros, pois não reunia as condições para a criação de gado. No entanto, a ocupação, a forma de trabalho e de vida dos colonos, alterou a dinâmica e acabou expropriando os ocupantes destas áreas de florestas, quais sejam, os indígenas, mestiços e caboclos que ocupavam essa região e viviam praticamente da exploração da erva-mate.

### **3. A questão agrária e rural contemporânea no Brasil**

Em termos de distribuição fundiária, o Brasil manteve sua característica histórica marcante, ou seja, concentração fundiária e a permanência do poder nas mãos das oligarquias agrárias. Tal realidade seguiu mesmo diante de compromissos assumidos, tais como o Estatuto da Terra<sup>9</sup>, por exemplo, que ficou relegado ao plano retórico, permanecendo um

(...) acentuado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a generalidade da estrutura agrária brasileira, (...) reflexo da natureza de

---

<sup>8</sup> Crise oriunda da baixa do preço do charque em função da diminuição do consumo da época no país e da concorrência com os países platinos (Uruguai e Argentina) (ROCHA, 2000).

<sup>9</sup> A promulgação do Estatuto da Terra pelo governo ditatorial, no ano de 1964, ocorreu sob influência da Aliança para o Progresso, organização criada pelos EUA para aumentar seu espaço de atuação na América Latina e que se propunha a realizar algumas reformas, como a agrária, com o intuito de prevenir levantes comunistas nesses países, no âmbito da Guerra Fria (MAGALHÃES, 2006).

nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias. A colonização brasileira e ocupação progressiva do território que formaria o nosso País, constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil. (PRADO JUNIOR, 1963:47-48).

Porém, em outro plano ocorreram transformações significativas da agricultura e do meio rural, sobretudo no pós-guerra, período no qual o país vivenciou a chamada modernização da agricultura ou *Revolução Verde*. Neste período, as relações existentes entre o meio rural e o urbano adquiriram nova configuração; a indústria passou a ser o setor mais dinâmico da economia nacional, atraindo cada vez mais pessoas para os grandes centros e expandindo as migrações campo-cidade.

Norteadas por uma visão desenvolvimentista, as políticas públicas brasileiras voltaram as atenções do setor para questões de cunho produtivista. No meio rural, os pacotes tecnológicos desempenharam importante papel, seja através de técnicas que possibilitassem maior aproveitamento e produtividade da terra para a produção de alimentos, seja pela mecanização do cultivo, ou ainda através do emprego de insumos químicos nas atividades agrárias, processo esse que é também denominado de industrialização da agricultura. Conforme Goodman *et al.* (1990):

A Revolução Verde representa um dos principais esforços para internacionalizar o processo de apropriação. A realização científica decisiva foi a difusão das técnicas de criação de plantas desenvolvidas na agricultura de clima temperado, para o meio ambiente das regiões tropicais e subtropicais. Entretanto, a força que impulsionou este processo se manteve inalterada: controlar e modificar os elementos do processo biológico de produção que determinam o rendimento, a estrutura da planta, a maturação, a absorção de nutrientes e a compatibilidade com os insumos produzidos industrialmente. O conhecimento teórico e prático para esta tarefa já tinha sido estabelecido. Portanto, em grande medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônômicas e de insumos industriais genéricos. (GOODMAN *et al.*, 1990:34).

Foi impulsionada pela entrada de capital estrangeiro que a economia nacional apresentou certo grau de crescimento, ao passo que também acarretou dividendos à sua dívida externa. A grande expansão das empresas multinacionais no território foi uma característica marcante entre os anos 1950 e 1960. As mesmas eram atraídas pelas facilidades concedidas à entrada de capital internacional no Brasil e estimuladas pelo desenvolvimento industrial do governo de Juscelino Kubitschek. Estas empresas expandiram-se em novos setores da indústria de base, de transformação e bens duráveis.

Posteriormente, o período chamado de “Milagre Brasileiro” (1968 a 1973) contemplou um extraordinário crescimento econômico. Neste período, a diversificação produtiva no campo ocorreu em função do mercado externo, o café deixou de ser o único produto na pauta de exportação agrícola com alta rentabilidade, graças à recuperação do algodão e da cana-de-açúcar, além da entrada de novos produtos, como a soja, o suco de laranja e a carne.

Contando com estímulos de bons preços dos produtos agrícolas no mercado internacional e com políticas econômicas favoráveis, a agricultura melhorou a sua performance, através da ampliação de áreas de cultivo e o uso da moderna tecnologia. Não obstante, tal processo foi acompanhado de uma grande concentração da propriedade da terra.

A partir de 1974, o modelo de desenvolvimento posto em prática e responsável pelo chamado “milagre econômico brasileiro” enfrentava sérias dificuldades, a inflação voltava a subir mesmo diante do rígido controle dos salários, e os empregos começaram a desaparecer. Estes fatos, somados a conjuntura mundial desfavorável, forjam um cenário amplamente desfavorável que vai desencadear, nos anos 1980, um período de recessão.

O resultado desse processo culminou num modelo que atingiu os agricultores de forma bastante desigual, dando mostras de que não se sustentava. Ainda que de um lado ele tenha alcançado certo crescimento econômico, por outro, gerou desigualdades, pobreza, concentrou renda, além de degradar sobremaneira os recursos naturais. Neste contexto, as políticas de desenvolvimento enquadraram os agricultores dentro de um padrão homogêneo de modernização que levaria até mesmo os agricultores mais “atrasados” automaticamente ao desenvolvimento (MENEGETTI, s/d).

A profunda transformação ocorrida na agropecuária brasileira, principalmente no período que compreende a chamada “modernização agrícola” contou com a participação ativa do Estado, considerado como o grande articulador desse processo. Neste sentido, a política oficial relativa ao crédito rural constituiu o principal instrumento de política pública, que possibilitou a consolidação do modelo de desenvolvimento adotado na agricultura (CARDOSO, 1994).

Nos anos 1980, a economia brasileira foi marcada pela instabilidade e hiperinflação. Os sucessivos planos econômicos, baseados em congelamento de preços, não foram eficazes no combate à inflação e à estabilidade econômica. No setor agropecuário, não apenas o crédito agrícola deixou de se beneficiar com juros abaixo da variação dos índices de preços como também os ganhos decorrentes do câmbio praticamente desapareceram (BELIK & PAULILO, 2001). Com o fim dos créditos subsidiados, os juros e financiamentos tornaram-se mais elevados, os incentivos para a modernização cessaram e, conseqüentemente, a fase expansionista cedeu lugar a um ciclo de estagnação e declínio. Esses processos impactaram de forma significativa o setor agropecuário, sobretudo os setores mais dependentes de empréstimos e financiamentos.

Nesse sentido, Brum (1982) chama atenção de que não foram apenas as frustrações de safras que impactaram a agricultura e a economia, principalmente no planalto sul riograndense. Para o autor, a prosperidade era mais aparente que real, pois a agricultura apresentava uma profunda vulnerabilidade em relação ao exterior, à medida que a economia brasileira estava cada vez mais internacionalizada.

#### **4. Mudanças na agricultura sul riograndense a partir do século XX**

No Rio Grande do sul, a primeira metade do século XX revela mudanças agrárias importantes, tanto na região da planície, ao sul, como na região do planalto, ao

norte. Na primeira, destaca-se a instalação dos primeiros frigoríficos. Na segunda a ascensão e a primeira crise do sistema de culturas diversificadas.

A instalação dos frigoríficos no início do século XX provocou mudanças nas regiões ocupadas pela pecuária, contudo, no Rio Grande do Sul, isso só iria ocorrer em torno de cinquenta anos após a realização de tais investimentos nos países do Prata. O atraso em relação aos países Platinos, de um modo geral é atribuído a dois aspectos: um de ordem técnico-produtiva, relacionado com a qualidade do rebanho sul-riograndense e outro, de ordem mais política. Em relação ao primeiro, por volta de 1870, iniciaram os investimentos em melhoramento dos rebanhos no Rio Grande do Sul, através da importação de raças européias. Entretanto, como os principais compradores de gado eram as charqueadas, e estas não exigiam um padrão de qualidade significativo, o refinamento dos rebanhos não se generalizou (FONTOURA, 2000; MIELITZ, 1994). Em contrapartida, como as empresas multinacionais encontravam matéria-prima de qualidade nos países vizinhos para abastecer suas indústrias, além de não haver as condições, também não havia interesse para a instalação dessas indústrias no pampa gaúcha.

O segundo fator, de cunho político estava associado às discussões de uma possível implantação de indústrias com a utilização de capital nacional. Contudo, de acordo com Pesavento (1980), se por um lado, os criadores e o governo tinham a instalação do truste da carne e uma possível situação de monopólio; por outro também não chegavam a nenhum acordo, por resistências do governo na época, de forte influência positivista, orientada por uma gestão do Estado sem privilégios de grupos. A preocupação manifestada pelas entidades de classe era de que a indústria da carne ficasse sob o comando do capital estrangeiro. Essa situação acabou se concretizando em 1921, quando o Frigorífico Rio Grande, fundado em 1919, foi vendido à companhia britânica *Vestey Brothers*. Após a venda este passou a chamar-se *The Rio Grande Meat Company*, e a partir de 1924, foi denominado de Frigorífico Anglo de Pelotas.

Enfim, o impasse sobre a instalação dos frigoríficos se resolve somente no início do século XX, mais precisamente a partir de 1917, quando os frigoríficos estrangeiros, passam a adquirir algumas charqueadas, transformando-as para a atividade frigorífica. O controle absoluto do setor mais dinâmico da indústria pecuária pelos frigoríficos estrangeiros coincide com o período do Pós-Guerra. De acordo com Pesavento (1980), esses frigoríficos passaram a realizar manobras, entre elas a baixa dos preços do gado, como uma forma de manter a lucratividade dentro de uma conjuntura econômica desfavorável. Como o poder local não reunia as condições para montar uma empresa com estrutura semelhante a dos frigoríficos, restou-lhes seguir operando a estrutura arcaica da charqueada, que por dificuldades de competição com os frigoríficos estrangeiros, permaneceria em uma crise crônica.

Com o aumento do número de frigoríficos em nível mundial e a diminuição da demanda da carne, ocorreu uma redução dos lucros das grandes companhias. Estas, por sua vez, transferiam suas perdas para os produtores. A outra alternativa de comercialização de gado eram as charqueadas, no entanto estas também executavam a mesma manobra, e transferiam as perdas para os produtores. Essas estratégias, seja da indústria da carne, como das charqueadas, provocavam tensões em vários segmentos da pecuária sul riograndense (Pesavento: 1980: 208):

Em meio a esta crise, tanto os frigoríficos como as charqueadas, em função da estrutura do mercado forçavam a baixa dos preços aos produtores. Pressionados, os pecuaristas passaram a implementar medidas redutoras de custos de produção. Projetos

de inovação, seja em instalações, base genética e/ou recursos forrageiros, retomados com a perspectiva da indústria frigorífica, acabaram por ser reduzidos e até mesmo interrompidos.

Mesmo assim, houve muitas experiências na produção pecuária e implementação de técnicas de produção, manejo de rebanho e recursos forrageiros que permitiram e, ainda hoje permitem a obtenção de índices técnico-produtivos satisfatórios na atividade. Contudo, apesar dos bons resultados das respectivas técnicas, não ocorreu uma padronização mais geral do rebanho sul riograndense. Em função de sua não padronização, ou melhor, da não adesão às inovações de maneira mais sistemática, passou-se a diferenciar unidades de produção e/ou pecuaristas entre tradicionais e empresariais. Assim, por todo o século XX e ainda hoje, predominam as unidades pecuárias conduzidas aos moldes tradicionais, aos moldes da bovinocultura praticada no século XIX.

Convém mencionar que a crise da pecuária normalmente impactava mais os estancieiros e criadores localizados na Região Nordeste do Rio Grande do Sul (Campos de Cima da Serra). Os estancieiros do Planalto evitavam uma concorrência direta com os estancieiros fronteiriços. Isso se dava porque os estancieiros fronteiriços, além de possuírem terras mais propícias à pecuária, também estavam mais próximos das charqueadas e do principal porto de exportação de couros e charques, localizado em Montevideu. Esta situação desfavorável iria permanecer durante o século XX, sendo parcialmente superada por inovações de ordem técnica, como a criação de gado em pastagens cultivadas, melhoramento de campo nativo, melhoramento de raças (RUCKERT, 1985). Esse fato é muito importante, pois, a descapitalização acentuada dos fazendeiros do Planalto, em larga medida, criou as condições para o surgimento dos granjeiros, a partir do início e expansão, no Planalto, dos cultivos de trigo e soja.

Com a Proclamação da República, cada estado da federação estabeleceu sua própria política de colonização. Neste período, no Rio Grande do Sul, quase todas as terras de mato já estavam apropriadas e ocupadas, com exceção daquelas que se encontravam nas regiões do Planalto e do Alto Uruguai. “No entanto, estas áreas já não eram propriamente virgens. A instalação dos colonos europeus significou em grande parte o deslocamento dos caboclos das áreas de florestas” (FRANTZ, 1982:19).

O início da Colonização no estado do Rio Grande do Sul deu-se em 1824, na Colônia de São Leopoldo com os imigrantes alemães. A corrente italiana tornou-se significativa a partir de 1875 (ROCHE, 1969). A fundação da Colônia Oficial de Ijuhy, em 1890, nas matas da cabeceira do Rio que leva o mesmo nome foi um marco na colonização da região Noroeste e do Planalto. A administração responsável pela colonização determinou um loteamento geométrico da floresta com lotes retangulares de 250x1000 metros. Nestes lotes, os agricultores praticavam uma agricultura muito próxima à praticada pelos índios, ou seja, de corte-queimada da mata e; os primeiros colonos eram empregados na construção viária pagando seus lotes com o seu salário. O rendimento elevado do milho redundaria num excedente físico de alimentos, no entanto, as dificuldades de acesso ao mercado, inviabilizavam a comercialização deste excedente. No início, os colonos ali instalados praticavam uma agricultura de subsistência, mas a partir de 1895, começaram a comercializar alguns excedentes, que transportavam da Colônia até o município de Cruz Alta. (DUDERMEL *et al.*, 1995:15).

Da Colônia de Ijuhy partiriam outras levas de colonos para ocupar as terras do Alto Uruguai a Oeste do rio Turvo. “Em 1911 a ferrovia que adentrava o Planalto, provinda de Santa Maria em direção à Santa Rosa, alcança a Colônia de Ijuhy e impõe

uma nova dinâmica à região. Com essa infra-estrutura, a colônia, de uma economia agrícola de subsistência passou a uma fase de comercialização regional de seus produtos” (RUCKERT, 1985:38).

Neste período também, chegaram os novos habitantes, procedentes das colônias velhas e, com um capital inicial, implantaram um regime de policultura (sistema caracterizado pela diversificação, com o predomínio de rotação para as culturas comerciais, terras de pousio e fraca associação à pecuária). Estes colonos possuíam meios de produção significativos na época, ou seja, alguns animais de transporte, tração ou produção e equipamentos (arado, carreta, etc). Tal fato foi importante, pois a diferenciação entre diferentes unidades de produção na época foi decorrente da maior ou menor precocidade na adoção da tração animal. Este fator diferenciador redundou na duplicação da produtividade do trabalho, e conseqüentemente, permitiu a acumulação, bem como a ampliação das unidades de produção através da aquisição de terras (DUDERMEL *et al.*, 1995).

Nos núcleos urbanos originários da colonização passou a existir uma forte demanda de produtos não produzidos nas colônias. Da necessidade de um local para adquirir estes produtos, surgiram os “bolichos” ou “bodegas” e a figura do comerciante como um agente fundamental na Colônia. O comerciante aqui é entendido como o “bolicheiro” das colônias, estabelecido no cruzamento das estradas, onde dão origem a pequenos povoados. Estes se capitalizavam extraindo sua mais-valia dos produtos adquiridos do colono, como milho, trigo, feijão, mandioca, suínos e revendendo-as aos centros consumidores. De um modo geral, esses agentes tornaram-se lideranças entre os colonos assumindo o papel de financiadores ou emprestadores de dinheiro, num contexto em que o colono ainda não recorria ao crédito bancário (RUCKERT, 1985:66). Parte dos pequenos bolicheiros das colônias que acumularam algum capital e que tinham investido em mercadorias de maior circulação extrapolaram os limites de seus respectivos núcleos coloniais e com isso desenvolveram novas relações comerciais, adquirindo também concentração de poder em decisões políticas. Neste sentido, “o comerciante passou a atuar como intermediário entre o colono e o comércio maior localizado nos núcleos mais distantes, passou a acumular riquezas do comércio de mercadorias, bem como “emprestador” de dinheiro a estes colonos e conseqüentemente como acumulador de poder e prestígio local” (RUCKERT, 1985:61). Os comerciantes, que acumularam mais que a maioria dos pequenos bolicheiros buscou investir em terras e tornaram-se, mais tarde, efetivamente agropecuaristas.

De acordo com Frantz (1982), o sistema utilizado pelos colonos do noroeste do Rio Grande do Sul provocou a redução da fertilidade do solo, a baixa produtividade e a descapitalização dos agricultores locais. Para o autor, entretanto, o fator primordial que desencadeou a crise do sistema de cultivo colonial foi a dificuldade de acesso à fronteira agrícola, onde “o tradicional sistema de cultivo dos colonos encontra seus limites na década de 1960 quando o acesso a um dos elementos essenciais de sua existência lhe é dificultado: as terras da fronteira agrícola” (FRANTZ, 1982:25). Neste período, os preços das terras eram baixos de maneira que no final da primeira ou segunda geração de exploração do lote original, quando este apresentava queda de produtividade, a alternativa era a aquisição de uma “colônia nova”.

No entanto, no decorrer da década de 1940, a região colonial do Noroeste do Rio Grande do Sul já enfrentava problemas agroeconômicos. Cabe salientar que os rendimentos do milho, por exemplo, caíram pela metade. Este processo foi atribuído à generalização do cultivo com tração animal, que, ao mesmo tempo em que permitia o

aumento da área cultivada, provocava a diminuição do pousio nas áreas de floresta. O uso da tração animal também deixava os solos mais expostos e susceptíveis à erosão. Já “a falta de uma integração entre a agricultura, criação e reposições minerais não incorporou os elementos retirados do solo pelas plantas e, conseqüentemente desencadeou a redução dos rendimentos físicos dos produtos” (DUDERMEL *et al.*,1995:16). Nos campos da Região do Planalto, a crise é desencadeada pela desvalorização dos preços do boi. “Entre os anos de 1942/1950, enquanto o índice geral de preços aumentou 173,2%, o do preço dos bovinos aumentou 119,5%” (FRANTZ, 1982:33).

No início da década de 1960, na Região do Planalto do estado, a estagnação econômica era observada tanto nas áreas de colônias, como nas áreas de campos. Neste período, a paisagem agrária do Planalto passa a sofrer modificações consideráveis, principalmente em áreas de florestas, devido à colonização. De acordo com Silva Neto (1997), “o sistema de produção praticado pelos colonos, baseado no processo de derrubada-queimada da mata, vai, aos poucos, modificando a paisagem regional. Já o sistema desenvolvido pelos estancieiros e fazendeiros, baseado na pecuária extensiva, mantém-se praticamente inalterado até por volta dos anos 1950, provocando poucas modificações na paisagem de campos” (SILVA NETO, 1997:9).

As transformações no Planalto, segundo Pebayle (1971), já vinham ocorrendo de forma acelerada desde a década de 1950, tendo como resultado o surgimento das primeiras granjas de trigo. No entanto, esses granjeiros, ou empresários agrícolas, que iniciaram a produção mecanizada de trigo, não eram colonos, mas tratava-se de comerciantes de cidades coloniais. Habitados às rotinas bancárias e com uma visão mais ampla de negócios eles aproveitaram-se das condições favoráveis do período. Estes comerciantes tinham um relativo conhecimento do meio rural. Assim, a confluência da tradição na agricultura e um conhecimento para além das comunidades locais foram preponderantes no desenvolvimento agrícola em terras de campo. Desta maneira, os primeiros granjeiros eram comerciantes que haviam conseguido uma certa acumulação de capital através de seu comércio com os colonos; profissionais liberais; e pequenos industriais. (FRANTZ, 1982:32).

Entretanto, o trigo só poderia se apresentar como uma alternativa viável de investimento à medida que houvesse disponibilidade de áreas de grande extensão. Como os granjeiros procuravam áreas acima de 100 hectares, estas só poderiam ser encontradas junto aos fazendeiros na região de campos, e dependiam da predisposição destes para arrendá-las ou vendê-las. De acordo com Frantz, (1982), a concorrência com os fazendeiros da fronteira somados à queda dos preços do boi, limitou os rendimentos dos pecuaristas. Estes, em dificuldades, efetuaram o arrendamento e/ou comercializaram parcelas de terras com agricultores-granjeiros. A mão-de-obra para trabalhar nas granjas provinha tanto das áreas de pecuária, como das regiões coloniais, onde o parcelamento da propriedade gerava excedente populacional, com experiência nas atividades agrícolas.

Para Frantz (1982), estavam dadas as condições regionais para que os investimentos no cultivo do trigo se apresentassem com perspectivas de lucro. Assim as granjas surgem sobre as terras de campos “de uma conjunção de fatores externos à região (política oficial), com a situação socioeconômica específica em que a mesma se encontrava na passagem dos anos 1950, situação engendrada pelas características de formação histórica de sua agropecuária” (FRANTZ, 1982:35). A dinâmica da economia das granjas foi, fundamentalmente, lastreada pelo Estado brasileiro, através de

financiamentos de instalações, máquinas, equipamentos, sementes e insumos para correção/conservação de solos. Assim, a agricultura avançou nas terras de campo através dos granjeiros e duas sociedades que evoluíram, até aquele momento, cada uma a seu modo começam a se entrelaçar.

Desde uns dois ou três anos, efetivamente, criadores e agricultores, que formavam até agora duas sociedades rurais somente justapostas, estão em vias de se encontrar. Entendemos assim porque os primeiros fazem tímidos ensaios de agricultura e os segundos, por sua vez, começam a manifestar um certo interesse pela pecuária. Parece, com efeito, que após a introdução da agricultura em terras de campo, uma segunda mudança fundamental está em vias de aparecer e que consiste no nascimento de uma sociedade de agricultores-pecuaristas (...) Encontramo-nos numa fase de transição entre a adesão restrita e a adesão a uma mudança radical de exploração do solo. (PEBAYLE, 1971:53).

Entre 1957 e 1968 a região foi marcada por uma crise grave na triticultura. A princípio, esta crise se manifestou pela redução brusca de produção/produtividade do sistema de cultivo. Entretanto, além de problemas de ordem agroeconômica (irregularidades climáticas, práticas culturais que propiciavam o aparecimento de doenças, variedades inadequadas para as terras de campo) também ocorriam dificuldades de armazenagem, transporte e comercialização. A estratégia de substituição às importações, implementada pelo Governo Federal, atingiu diretamente a política de apoio ao trigo, que sofreu mudanças consideráveis (FRANTZ, 1982).

Somente partir de 1967 ocorreu uma reação positiva na produção de trigo. Esta reação positiva deve-se, em parte, aos fatores climáticos favoráveis, mas também é reflexo das práticas conservacionistas que melhoraram as condições físicas dos solos. Por outro lado, a ampliação das áreas plantadas e a infra-estrutura em máquinas e equipamentos adquirida para a triticultura permitiam a introdução de uma espécie de verão: a soja. A possibilidade de explorar a terra com um cultivo de verão e um de inverno, reduziriam consideravelmente os custos fixos de produção de ambos os cultivos. Porém, no centro destas transformações, as facilidades de acesso ao crédito foram de fundamental importância.

No Rio Grande do Sul, o cultivo da soja adquiriu certa importância econômica após 1936. Porém, o cultivo começou a ter peso significativo somente no pós-guerra, com instalações das primeiras indústrias de óleos vegetais no país. Frantz (1982) destaca ainda que, entre 1957 e 1967 a produção aumentou 13,6 vezes. Mas, durante este período, a produção restringia-se quase que exclusivamente aos colonos, que destinavam uma grande parte da produção à alimentação de suínos.

## **5. A modernização da agricultura: transformações recentes**

O período de 1965-1979 pode ser considerado de recursos abundantes para investimentos no setor produtivo brasileiro. Nessa época, a noção de desenvolvimento rural estava estreitamente relacionada às atividades agropecuárias. Com o processo de industrialização em ritmo acelerado, o setor urbano demandava uma agricultura capitalista viável. Neste sentido, além dos altos investimentos para infra-estrutura e

transporte, foi criado um conjunto de medidas articuladas para acelerar o crescimento e a modernização da agricultura. Neste contexto, criou-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) com a função de fornecer crédito a baixo custo para fomentar os investimentos, custeio e comercialização das atividades agrícolas. De forma complementar, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), asseguravam, respectivamente, um preço mínimo de comercialização, assim como um seguro no caso de frustração de safras em função de adversidades climáticas. Para dar conta da pesquisa, foi instituída a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A difusão das tecnologias e a extensão rural era função da recém criada Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). O cenário favorável e a facilidade de captação de dinheiro a juros baixos no mercado internacional, permitiu o crescimento em níveis acelerados. Com o chamado “milagre brasileiro”, os centros urbanos passaram a crescer rapidamente e modificações significativas ocorreram no meio rural (BELIK & PAULILO, 2001; CARDOSO, 1994; FRANTZ, 1982).

A partir desse período, em função do crescimento acelerado das cidades e, conseqüentemente, do aumento do mercado interno da demanda por carnes, ocorreu a construção de frigoríficos nacionais empregando tecnologias de refrigeração, mais modernos que as antigas plantas de capital estrangeiro. O início da década de 1960 foi marcado pelo surgimento da indústria automobilística no país, que proporcionou o transporte de animais vivos por distâncias mais longas, aproximando mais as zonas criadoras dos frigoríficos, e estas das zonas urbanas de consumo. O mesmo crédito subsidiado que permitiu a modernização da agricultura sul riograndense, também possibilitou a expansão das plantas frigoríficas nacionais que abatiam e processavam bovinos de corte, principalmente, para atender os mercados dos Estados Unidos da América (EUA) e da Comunidade Econômica Européia (MIELITZ NETTO, 1994).

Entre os anos de 1970 e 1980 o mais importante programa para a atividade pecuária foi coordenado pelo CONDEPE (Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária), e visava melhorias na produtividade da bovinocultura de corte e da ovinocultura. As ações do CONDEPE abrangiam boa parte do território brasileiro (principalmente o estado do RS e os estados do Centro-Oeste) em que a atividade era importante, na época. Os financiamentos eram destinados principalmente para a correção de solos e implementação/recuperação de pastagens (CARRER *et al.*, 2007). Apesar dos resultados positivos, a expansão do crédito rural para a pecuária de corte no final dos anos 1960 e durante a década de 1970, de um modo geral, não resultou na expansão esperada da produção e produtividade da bovinocultura. Além do mais, concentrou-se nos grandes proprietários.

De acordo com Fontoura (2000), poucos pecuaristas usufruíram dessa política. uma vez que, nesse período, a atividade pecuária, encontrava-se tecnicamente defasada. Diferentemente das atividades de lavoura, o segmento da pecuária foi incapaz de estabelecer vínculos com a indústria fornecedora de insumos e equipamentos para a produção agrícola (à montante) e a indústria de transformação e processamento dos produtos agrícolas (à jusante). Por outro lado, também diferentemente dos granjeiros (estes, em larga medida, oriundas das atividades urbanas e habituadas às rotinas bancárias e dos negócios), grande parte dos estancieiros não dominavam os instrumentos de crédito, tinham receio de investir na agricultura, desconheciam técnicas de melhoramento dos rebanhos e das pastagens. A inseminação artificial, embora conhecida dos estancieiros na década de 1960, era muito pouca utilizada.

De acordo com Frantz (1982), no Rio Grande do Sul, em larga medida, os incentivos na forma de crédito da política de modernização rural beneficiaram principalmente os lavoureiros de trigo e arroz, visto que esses produtos eram muito importantes para fomentar o mercado interno. A soja, em fase de franca expansão visava, sobretudo, o mercado externo.

Neste contexto, passou a ocorrer uma expansão da agricultura mecanizada sobre as áreas de pecuária, e esta expansão se daria, *a priori*, sob a forma de arrendamento. Na região Central e Campanha, a lavoura de arroz vinha sendo implantada sob a égide da modernização, se expandindo sobre as áreas de campo. Em larga medida, esta foi uma estratégia que os pecuaristas usaram para diversificar as fontes de renda e superar sucessivas crises decorrentes da baixa rentabilidade da atividade pecuária. (FONTOURA, 2000).

Nas regiões típicas de agricultura, mais ao noroeste do estado, nesse contexto histórico de transformações, o binômio milho-mandioca, predominantemente encontrado em zonas de agricultura colonial e destinado basicamente à criação e engorda de suínos, quando não substituído, passou a ser dividido com o binômio trigo-soja, destinados à comercialização. O crescimento das áreas com cultivo de soja, segundo Brum (1982), fez com que esta atividade avançasse rapidamente nas áreas de agricultura colonial, para as áreas de campo do Planalto e também em direção a outras regiões pioneiras e outros estados brasileiros.

Um elemento importante na dinâmica das regiões coloniais foi o fato de que o resíduo da produção do óleo de soja (farelo de soja) passou a ser incorporado à composição básica da alimentação dos suínos. O aumento do preço da soja coincidiu, em 1973, com uma supersafra na região do Planalto. Sobre a expansão e as consequências da monocultura, relata Frantz:

O rápido aumento da produção, aliado aos resultados econômicos que por alguns anos foram favoráveis aos produtores, fizeram com que praticamente todas as pessoas e grupos envolvidos na produção agrícola fossem tomados por uma euforia que reduzia a percepção mais crítica do que estava ocorrendo levando um número crescente de agricultores a dedicarem-se à especialização do trigo e da soja. Muitos agricultores lançaram-se então à modernização de sua produção. Além de subordinação ao capital agroindustrial, via capital financeiro, que disso resultou um processo de diferenciação social que já os atingia há mais tempo, intensificou-se induzindo uma grande quantidade deles a abandonarem a agricultura (FRANTZ, 1982:129).

Para Ruckert (1985), com a modernização “quebrou-se o ritmo tradicional da vida do pequeno agricultor do interior, introduzindo-o no ágil e movido mundo das especulações financeiras. Assim, o pequeno e médio agricultor ingressou na produção modernizada e foi integrado ao mercado mais amplo sobre o qual não tem nenhum poder de decisão” (RUCKERT, 1985:57).

Neste sentido, a mudança do padrão de vida e exploração do pequeno agricultor foi um processo relativamente rápido, que se expandiu e consolidou-se durante a década de 1970. A soja foi a principal cultura a receber estímulo governamental<sup>10</sup>, e em torno

---

<sup>10</sup> Na década de 1970 o Governo Federal tinha uma superestrutura consolidada que assistiria o produtor desde o preparo do solo até a comercialização da safra. As instituições ligadas à pesquisa desenvolviam cultivares de melhor rendimento e qualidade, a extensão rural era responsável pela difusão das novas

dela pequenos agricultores e ex-pecuaristas metamorfoseados na figura do “granjeiro”, juntos, desencadearam o processo de modernização da agricultura da região. As formas básicas da produção do Planalto – a pecuária tradicional e a agricultura colonial – sofreram rearranjos e uma parte considerável dos estabelecimentos evoluiu em direção a um novo estilo de produção. Neste novo modo de produção, baseado no capital e na técnica, a soja tornou-se o produto básico e amplamente incentivado pelo Governo Federal, com apoio irrestrito das cooperativas (FRANTZ, 1982). Para os agricultores com área superior a 20 hectares, a motomecanização e a quimificação das produções vegetais permitiram rapidamente o aumento da renda familiar. Porém, isso se daria por pouco tempo.

Até o final da década de 1970 a conjuntura econômica mundial era relativamente estável, favorecendo a modernização e relativos lucros na agricultura. No entanto, em decorrência da segunda crise do petróleo ocorrida em 1979, principalmente os países industrializados passaram a proteger suas respectivas economias em detrimento dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, neles incluso o Brasil. A partir da nova conjuntura, houve uma queda de preços dos produtos primários no mercado internacional e elevou-se o preço dos combustíveis, insumos, fertilizantes e agrotóxicos acima dos preços da produção agrícola. Para acentuar ainda mais as dificuldades, os juros bancários sofreram elevações, provocando o endividamento daqueles agricultores dependentes do mercado financeiro para realizar a sua produção (BRUM, 1982).

Os agricultores da região que tinham intensificado o cultivo de grãos foram duramente atingidos pela crise deflagrada já no final da década de 1970. Com a redução dos recursos para o financiamento agrícola, os granjeiros já organizados e capitalizados tornaram-se os tomadores naturais do crédito disponível e, mesmo sentindo a pressão e as dificuldades da nova política agrícola, a grande maioria seguiu seu curso nos moldes da agricultura “moderna e tecnificada”.

Todavia, a maioria dos pequenos agricultores que, para se inserir na agricultura moderna, abdicaram da diversificação dos cultivos, durante a década de 1980, mergulhou em profundas dificuldades. Com a redução do crédito rural, os pequenos agricultores ficaram em situação desfavorável. Como os recursos para financiamentos foram limitados e em grande parte ofertados pelo setor privado com a exigência de garantias reais e o excesso de burocracia, estes agricultores praticamente ficaram excluídos da obtenção destes recursos. Com a intensificação da crise agrícola no final da década de 1980, as dificuldades impostas pela queda dos preços da soja e a impossibilidade de aumentar a escala de produção, seja através da expansão de área ou aumento da produtividade das lavouras, os pequenos agricultores da região voltaram a diversificar a produção. Entre as possibilidades de diversificação, deve ser destacado o aumento da produção de leite. Também começaram despontar ações no sentido de fomentar as atividades não agrícolas, como as agroindústrias e, em menor escala, o turismo rural.

Essas mudanças em relação ao rural, em larga medida são impulsionadas pelo aprofundamento dos impactos provocados pelos efeitos do modelo de desenvolvimento baseado na modernização agrícola. A não adesão generalizada ao modelo tecnológico e o não desaparecimento da agricultura do tipo familiar, como se preconizou por um

---

tecnologias; o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) oferecia crédito abundante para investimentos e custeio; a comercialização era garantida pela PGPM (Política Geral de Preços Mínimos) e o PROAGRO garantia os financiamentos, em caso de quebra de safra (FRANÇA & FREITAS, 1998).

longo tempo, as rápidas mudanças socioculturais, econômicas e, sobretudo, ambientais também contribuíram para o questionamento deste modelo de desenvolvimento.

No Brasil, principalmente a partir da década de 1990, intensificaram-se as discussões sobre o desenvolvimento rural, ancorada na noção de desenvolvimento sustentável. Esse modelo demonstra, entre outros aspectos, a necessidade de reconhecer o papel ativo dos agricultores na identificação dos problemas relacionados a esse meio (PINHEIRO, 1995). No leque desta discussão emergiram particularidades que demonstravam que o “rural” está além da esfera do “agrícola”. Nesta concepção, além das relações de produção convencionais, o “rural” também envolve uma série de outras relações e funções (multifuncionalidade da agricultura, a pluriatividade, rendas não agrícolas, o papel das transferências sociais (pensões e aposentadorias), praticamente mantidas na invisibilidade, devido ao modelo de desenvolvimento vigente e as políticas agrícolas tradicionais (CARNEIRO, 2000).

As mudanças na agricultura brasileira e a discussão do rural a partir de uma perspectiva mais ampla, no Rio Grande do Sul, permitiram avançar para além da divisão clássica do estado em “Metade Norte”, de características essencialmente agrícolas e “Metade Sul” de características essencialmente pecuárias. Assim no “Norte Agrícola”, encontra-se uma região essencialmente pecuária, com estabelecimentos que desenvolvem bovinocultura, seja nos moldes tradicionais ou mesmo tecnificados, muito semelhantes àqueles encontrados nos campos do Sul. O inverso também é verdadeiro, ou seja, existem regiões e estabelecimentos localizados no “Sul Pastoril”, que possuem configurações fundiárias e agrícolas semelhantes às características de estabelecimentos do norte sul-riograndense. O mesmo pode ser identificado em termos de dinâmica econômica e social

A dinâmica das atividades agropecuárias nos anos 1990, por exemplo, tem se configurado a partir da conjuntura econômica e as possibilidades no que se refere ao uso da terra. Entendido desta forma, nas regiões tradicionais de produção pecuária, como a Campanha sul riograndense tem se observado o aumento de áreas ocupadas com cultivos de lavouras anuais. Além do cultivo de arroz, tradicional nas regiões mais ao sul do estado, também aumentaram as áreas ocupadas com os cultivos de milho e soja. Barcellos *et al.* (2004) explicam que nessas áreas típicas de produção pecuária observa-se uma tendência de “agriculturização”. Mesmo que essas regiões apresentem limitações no que se refere a relevo, solos e clima, principalmente para os cultivos de seco (principalmente, soja e milho), esses têm se expandido por essas regiões. Nesse contexto, as terras que historicamente eram exploradas com pecuária passam, nos últimos anos, a serem sistematicamente ocupadas com lavouras. Segundo os autores acima referidos, a oportunidade de integração com a lavoura ocorre pelo próprio pecuarista que possui alguma vocação agrícola; com a ampliação de áreas cultivadas por aqueles que já praticavam cultivos de lavoura com terceiros; ou ainda, a partir da possibilidade de arrendamentos de terras para agricultores que migraram para regiões marginais, com terras a preços mais acessíveis. Além do aumento das áreas de lavoura, também verifica-se o aumento de áreas ocupadas com florestas de espécies exóticas.

Assim, nas regiões típicas de produção pecuária, identificam-se atualmente, além das atividades tradicionais como criação de gado e produção de arroz, também núcleos de cultivos diversificados, áreas de produção com cultivos de seco (soja e milho), em média e grande escala, áreas com cultivos de florestas exóticas. A ideia dos grandes estabelecimentos pecuários, também é parcialmente verdadeira, uma vez que estão presentes os pequenos estabelecimentos de caráter familiar, ancorado nos

pequenos cultivos; grandes estabelecimentos empresariais, voltados para a produção e beneficiamento de arroz; a estância, envolvida com a criação de gado aos moldes tradicionais, a pecuária do tipo empresarial e os lavoureiros de trigo e soja. Por consequência, os agentes sociais também deixam de ser unicamente os pecuaristas, sejam eles familiares ou empresariais.

Essa diversidade em relação às atividades agropecuárias também se verifica nas regiões típicas de agricultura. Essas regiões, anteriormente ocupadas predominantemente com florestas e, mais tarde, com cultivos diversificados, também sofreram mudanças consideráveis nas últimas décadas. Nas áreas onde as condições de relevo, solos e clima são mais aptos, como no noroeste do estado, observa-se a presença das lavouras (trigo, soja e milho), muitas vezes combinadas com a terminação de bovinos na época do inverno, ou seja, uma espécie de integração de lavouras e pecuária. Mais ao nordeste do estado, na região denominada de Campos de Cima da Serra, uma região típica de produção pecuária, atualmente também se verifica os cultivos diversificados e um crescimento expressivo de áreas ocupadas com florestas de espécies exóticas.

Conforme comentado anteriormente, o rural contemporâneo extrapola a esfera do agrícola ou das atividades agropecuárias, exclusivamente. Assim, as regiões ou municípios que possuem uma dinâmica industrial e de serviços mais articuladas, possibilitam a inserção dos agricultores em atividades não agrícolas e da existência de famílias rurais pluriativas, por exemplo. Em regiões ou municípios que possuem reservas ou áreas de preservação, belezas naturais, que possuem aspectos ligados à tradição e à cultura relevantes, o turismo rural tem se tornado uma alternativa importante para as famílias rurais. Em núcleos onde predomina a agricultura familiar, as agroindústrias familiares têm contribuído para a diversificação de atividades agropecuárias, agregação de valor a esses produtos, assim como a identificação e exploração de canais de comercialização e mercados diferenciados proporcionando aumento da renda e a diversificação de estratégias de reprodução social.

Entendido dessa forma verifica-se uma série de situações no que se refere à dinâmica dos espaços rurais sul-riograndenses. Neste contexto, a regionalização clássica do estado do Rio Grande do Sul do tipo um *Norte*, com características agrícolas, de pequenos estabelecimentos e rico, em oposição a um *Sul*, de paisagem pastoril, pobre e de grandes estabelecimentos é muito simplificada frente à diversidade de situações passíveis de serem identificadas em cada uma dessas regiões, e tem pouco poder explicativo da atual situação agrária sul riograndense.

Do ponto de vista social, verifica-se a existência de famílias rurais em situação de extrema pobreza ou em condições de estabilidade socioeconômica em ambas as regiões, assim como em ambas as categorias sociais, sejam pecuaristas ou colonos. Os agentes ou atores sociais também estão mais pulverizados. Se anteriormente, os pecuaristas estavam localizados mais ao Sul, enquanto os colonos e agricultores familiares mais ao Norte, atualmente, nesse período recente eles são figuras presentes em ambas as regiões.

As múltiplas unidades de paisagem, múltiplas formas de ocupação e exploração do espaço agrário sul riograndense, tornam praticamente impossível de conceber o estado a partir de duas grandes regiões homogêneas. Independentemente dos diferentes aportes teórico-metodológicos que possam ser usados para estudar o espaço geográfico do Rio Grande do Sul, o que tende a emergir dessas investigações são a existência de especificidades, derivadas das características de cada região. Estas especificidades

afloram, a partir dos distintos perfis de relevo, solos, vegetação e das formas como os territórios foram ocupados. As interações entre os elementos naturais e dinâmicas econômicas, sociais e culturais influenciam, e ao mesmo tempo, são resultantes das especificidades regionais. Assim, essas mudanças, em grande parte, são o reflexo das particularidades socioeconômicas, culturais e institucionais, permanentemente em interação. Essas interações que tendem a possuir formas e intensidades diferenciadas, em grande parte são responsáveis pela diversidade, seja no que se refere à produção ou categorias sociais, hoje identificadas no contexto agrário riograndense.

### **Considerações finais**

O reconhecimento do rural como um espaço multifacetado, específico e diferenciado (em decorrência das particularidades histórica, sociais e culturais) tem permitido avanços importantes no que se refere a projetos de desenvolvimento rural e políticas públicas relacionadas a esse tema. A partir disso, aumentaram as investigações buscando identificar as razões dessa diversidade, as formas de articulação dos agricultores frente às restrições e possibilidades impostas não só pelos aspectos relacionados ao interior do estabelecimento, mas também frente ao ambiente político-institucional em que estão inseridos.

No entanto, convém lembrar que a agricultura e as formas diferenciadas que ela assume no tempo e no espaço resulta de sua história, da ação passada e presente e das sociedades que nelas se inserem. As relações que se estabelecem entre a sociedade e o entorno natural se mostram complexas, uma vez que estas são dinâmicas e estão permanentemente em interação.

Dessa maneira, a compreensão do momento presente e a possibilidade de realização de projetos de desenvolvimento rural consistentes, no médio e longo prazos, pressupõem o conhecimento aprofundado da agricultura, ao longo do tempo. As condicionantes e possibilidades da agricultura de uma dada região estão relacionadas não somente com as características biofísicas, mas principalmente com os propósitos e maneiras com que as sociedades “administram” essas características. Assim, o conhecimento das situações que ocorrem e as mudanças que se operam, não somente no que se refere aos aspectos biofísicos, mas também aos aspectos socioeconômicos, ao longo do tempo, são muito importantes para o entendimento da configuração atual, como também as possibilidades futuras relacionadas a um dado contexto agrário. Essa importância aumenta consideravelmente à medida que se entende a estreita relação entre a questão agrária e as dinâmicas de desenvolvimento em nível local e regional.

### **Referências**

- ANUALPEC, Anuário da Pecuária Brasileira. **O pasto perde espaço para a lavoura.** São Paulo: Instituto FNP, 2008. p. 34-40.
- BARCELLOS, J. O. J. *et al.* A bovinocultura de corte frente a agriculturização no Sul do Brasil. In: CICLO DE ATUALIZACAO EM MEDICINA VETERINÁRIA, 11, 2004, Lages, **Anais...** Lages: CAMEVUDESC, 2004. p. 13-30.

- BELIK, W.; PAULILO, L. F. O Financiamento da produção agrícola brasileira na década de 1990: ajuste e seletividade. In: LEITE, S. P. (Org). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 95-120.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura no Planalto Gaúcho**. Ijuí: FIDENE, 1982. 200 p.
- CARNEIRO, M. J. O desenvolvimento rural e o “Novo Rural”. In: SILVA, J. G. D. (Org.). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA, v.4, 2000. p. 117-148.
- CARRER, C. D. C. *et al.* Alguns aspectos da política credifícia e o desenvolvimento da pecuária de corte no Brasil. **Ciência e Agrotecnologia**, v. 31, n. 5, p. 1455-1461, 2007.
- CARDOSO, J. L. Relações entre o crédito e as características da agropecuária nas unidades da federação. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 59 -74, mar/abr 1994.
- CARVALHO, L. L. C.; PEREIRA, P. R. D.; CUNHA, P. F. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L. R. P. (Org.). **Breve Inventário de Temas do Sul**. Porto Alegre: Lajeado: UFRGS, FEE, UNIVATES, 1998. p. 89-146.
- CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil**. Brasília: 2000. Disponível em: <<http://www.cna.org.br/cna/index.wsp>>. Acesso em 20 out. 2004.
- DUDERMEL, *et. al.* **Política agrícola e diferenciação da agricultura na região Noroeste do RS**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ. 1995, 55p.
- EMATER-RS, ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Sumário de Informações Agropecuárias**. Porto Alegre: EMATER, 2005. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/inicial/ptbr/php/index.php>>. Acesso em 22 jul. 2005.
- FONTOURA, L. F. M. **Macanudo Taurino**: uma espécie em extinção? Um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha. 2000. 300 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2000.
- FRANÇA, T. J. F.; FREITAS, S. M. Financiamento agrícola e sustentação da renda. 2000. Disponível em: < [www.iea.sp.gov.br/finac/98.htm](http://www.iea.sp.gov.br/finac/98.htm) >. Acesso em 22 ago. 2008.
- FRANTZ, T. R. **Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola**: o caso da COTRIJUÍ. Ijuí: FIDENE, 1982. 233 p.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 200p.
- LAYTANO, D. D. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. 389 p.
- MACEDO, L. O. B. Modernização da pecuária de corte no Brasil e a importância do Crédito Rural. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 7, p. 83-95, jul. 2007.
- MACHADO, P. P. **A política de colonização do império**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 140p.

MAGALHÃES, B. J. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil: um pouco sobre o debate político e acadêmico atual. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA: Economia, História, Demografia e Políticas Públicas, XII, 2006, Diamantina, MG. **Anais...** Diamantina: CEDEPLAR, 29 de agosto a 1º de setembro de 2006. Online. Disponível em: <[www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2006/D06A109.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A109.pdf)>. Acesso em 19 jan. 2009.

MENEGHETTI, G. A. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/biblioteca/ptbr/html/basedados/digital/art18.pdf>>. Acesso em 19 jan. 2009.

MIELITZ NETTO, C. G. A. **Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira**. 1994. 224 p. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 1994.

NEUMANN, P. S. **O Impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. 2005. 326 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005

PEBAYLE, R. **Geografia rural das novas colônias do Alto Uruguai (RS-Brasil)**. Porto Alegre, Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 14, 1971.

PESAVENTO, S. J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos e criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980. 226 p.

\_\_\_\_\_. **Pecuária e Indústria: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX**. Porto Alegre: Movimento, 1986. 80 p.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. 7ª edição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 192p.

PINHEIRO, S. L. G. O Enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): Novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de novos paradigmas de desenvolvimento? In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas, 1995, Londrina, **Anais...**Londrina: 1995.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963. 390p.

QUEIROZ, M. I. P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, 1977, n.19 p. 55-78.

REZENDE, G. Crescimento agrícola no período 1999/2004, explosão da área plantada com soja e meio ambiente no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43. 2005, Ribeirão Preto, **Anais...** Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. 2005. CD ROOM.

ROCHA, J. M. da. As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul: uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Fee, 2000. Online. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s12a5.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2008.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ed. Globo, v. 1, 1969. p. 10-69.

RUCKERT, A. A. **As transformações da Agropecuária e a Produção do Espaço de um município Rural no Centro do Espaço Rio-Grandense: o caso de Jóia-RS.** 1985. 116 p. Relatório Parcial de Pesquisa (Especialização) - Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro. 1985.

SILVA NETO, B. **Estudo dos sistemas de produção agropecuários da região de Três de Maio/RS.** Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 1997. 106p.

SOUZA, Célia Ferraz de **Contrastes regionais e formações urbanas.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. 94p.

VALOR ECONÔMICO. **Empresas redesenham futuro dos pampas.** 09 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.madeiratotal.com.br/noticia.php?id=69555>>. Acesso em 30 jul. 2007.